

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.530.342 - SP (2019/0184228-6)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **COOPERATIVA TRABALHADORES EM TRANSPORTES DE SAO PAULO**
ADVOGADOS : **CLOVES ALVES DE SOUZA E OUTRO(S) - SP213383**
LUCIANA RODRIGUES DE SOUZA SPAMPINATO - SP342322
LUCIANO RICARDO PARISE - SP271253
AGRAVADO : **RUDIVAL SILVA ALVES**
ADVOGADOS : **OLEMA DE FÁTIMA GOMES - SP051407**
ANDREA CRISTINA TEGÃO E OUTRO(S) - SP176603
DENISE FORMITAG LUPPI - SP228850
AGRAVADO : **COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO**
ADVOGADOS : **BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - SP354991**
MARINA BIANCHI PETECOF - SP390939
ANA CAROLINE NUNES FERREIRA - SP375913

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação de compensação por danos morais.
2. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
3. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em suas razões recursais impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais em recurso especial são inadmissíveis.
5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM TRANSPORTES DE SÃO PAULO - COOPER PAM, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Superior Tribunal de Justiça

Agravo em recurso especial interposto em: 22/02/2019.

Concluso ao gabinete em: 22/08/2019.

Ação: compensação pelos danos morais, ajuizada por RUDIVAL SILVA ALVES, em face de COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM TRANSPORTES DE SÃO PAULO - COOPER PAM. Alega que no dia 20.07.2009 foi vítima de um acidente automobilístico envolvendo os coletivos da agravante, no momento em que se deslocava para o seu local de trabalho. Alega que foi atendido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU e posteriormente encaminhado ao hospital local para exames necessários e de urgência. Sustenta que lesionou a região frontal da cabeça, lesão muscular no pescoço e na coluna cervical, hematomas na região peitoral, além de ter ficado impossibilitado de movimentar os braços durante dias.

Sentença: julgou procedente o pedido para condenar a agravante a pagar ao 1º (primeiro) agravado o valor de R\$ 6.000,00 a título de compensação pelos danos morais, condenando a agravante ao pagamento de honorários advocatícios, os quais foram fixados em 15% sobre o valor da condenação. No tocante a denunciação à lide, julgou procedente o pedido, condenando o 2º (segundo) agravado a ressarcir a agravante o valor da compensação pelos danos morais, nos limites do contrato, observando-se a gratuidade da justiça deferida na audiência de instrução e julgamento, além de não condená-lo ao pagamento em honorários e despesas processuais.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação do 1º (primeiro) agravado, para determinar que os juros moratórios incidam a partir da citação, e negou provimento às apelações da agravante e do 2º (segundo) agravado, nos termos da seguinte ementa:

AÇÃO INDENIZATÓRIA - TRANSPORTE DE PASSAGEIRO - ÔNIBUS COLETIVO - COLISÃO - AUTOR - LESÃO FÍSICA DE NATUREZA LEVE - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - ART. 14 DA LEI 8.078/90 - DANO MORAL - CONFIGURAÇÃO - VALOR - FIXAÇÃO - ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE - SENTENÇA - MANUTENÇÃO.

Superior Tribunal de Justiça

JUROS DE MORA - RELAÇÃO CONTRATUAL -
INCIDÊNCIA - CITAÇÃO - ART. 219 DO ENTÃO CPC -
CORREÇÃO MONETÁRIA - MARCO INICIAL -
ARBITRAMENTO - SÚMULA 362 DO STJ.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS -
BALIZAMENTO - ART. 20, § 4º, DO CPC - ARBITRAMENTO
EQUÂNIME.

APELO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO
E DA RÉ E DA LITISDENUNCIADA NÃO PROVIDOS. (e-STJ
fl. 545)

Embargos de Declaração: opostos pela agravante e pelo 2º (segundo) agravado, foram parcialmente acolhidos para, no caso do 2º (segundo) agravado, suspender a incidência de juros de mora até o pagamento integral do passivo apurado, em razão do regime de liquidação extrajudicial (art. 18, d, Lei 6.024/74) e, no caso da agravante, para manter a sentença que não impôs ao 2º (segundo) agravado o pagamento da verba honorária, diante da ausência de resistência.

Recurso especial: alega violação dos arts. 734, 944 do CC/02, 85, 373, I, II, do CPC/15, 18 da Lei 6.024/74, 3º da Lei 8.078/90, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta a ilegitimidade passiva da agravante fundamentada na ausência de propriedade sobre o veículo automotor e na condição estabelecida em estatuto. Aduz que não deve figurar na condição de transportadora e com isso fica afastada a incidência de responsabilidade objetiva. Afirma que o agravado deixou de produzir prova a seu favor no instante em que não compareceu para o ato pericial determinado pelo juízo, não tendo justificado a ausência. Assevera que, diante desse fato, o feito deveria ter sido extinto. Insurge-se contra o benefício da gratuidade da justiça concedido ao 2º (segundo) agravado, bem como a sua não condenação em ônus sucumbenciais, uma vez que não logrou benefício em relação a denunciação à lide.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 85 do CPC/15, 3º da Lei 8.078/90, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos argumentos invocados pela recorrente em seu recurso especial quanto ao art. 373, II, do CPC/15, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Do reexame de fatos e provas e da interpretação de cláusulas contratuais

O TJ/SP ao analisar a situação dos autos, assim se manifestou:

Não prospera a arguição de ilegitimidade passiva da Cooper Pam. É prestadora do serviço de transporte coletivo. Obteve, na condição de permissionária, autorização para a prestação do serviço, ainda que em última análise executado por cooperado. Consta do termo de permissão a obrigação em responder por todo e qualquer dano causado ao usuário (cláusula 11.5 - fls. 167).

A litisdenunciada foi liquidada extrajudicialmente. Não desenvolve mais nenhuma atividade. Presume-se a hipossuficiência econômica, assim reconhecida pelo juízo a quo (fls. 427/443). A propósito, o autor não comprovou o contrário.

No mais, o infortúnio é incontroverso. O autor, na condição de passageiro, foi vítima de acidente. Ao caso incide a responsabilidade civil do transportador, conforme o art. 14 da Lei 8.078/90 (...)

Portanto, não exclui o dever indenizatório que eventualmente terceiro tenha ocasionado o sinistro. Neste caso, o causador poderá ser acionado regressivamente. Já o boletim de ocorrência expõe a dinâmica do fato (...)

Segundo fundamentado pelo magistrado: "Não restou devidamente caracterizada a gravidade das lesões por ele sofridas ante a ausência injustificada do mesmo à perícia designada." (fls. 387). No entanto, a prova documental indica que o autor foi encaminhado ao hospital com colar cervical em cadeira de rodas (fls. 55). Sofreu politraumatismo (fls. 54/55).

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere a legitimidade passiva da agravante, a presunção de hipossuficiência reconhecida desde a sentença e a dinâmica dos fatos que levaram o 1º (primeiro) agravado a ter reconhecido o direito a compensação pelos danos morais, exige o reexame de fatos e provas e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial pelas Súmulas 5 e 7, ambas do STJ.

Além disso, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que a modificação do valor fixado a título de danos morais somente é permitida quando a quantia estipulada for irrisória ou exagerada, o que não está caracterizado neste processo.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 840.135/RS, 3ª Turma, DJe de 06/09/2016, e AgInt no AREsp 866.899/SC, 4ª Turma, DJe de 21/09/2016.

Salvo essas hipóteses, incide a Súmula 7/STJ, impedindo o conhecimento do recurso.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da condenação (e-STJ fls. 549) para 17%.

Superior Tribunal de Justiça

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

